

07.01.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Comissão coordenadora do projeto *Pensar a Educação*
Elementos da Comissão: Manuela Silva, Maria do Rosário Carneiro e Graça Leão Fernandes.

Recebidos por: Deputados Odete João (PS, que presidiu à reunião), Ana Virgínia Pereira (PCP), Sandra Pontedeira (PS), Laura Monteiro Magalhães (PSD) e Maria Manuela Tender (PSD).

Assunto: Apresentação das conclusões do projeto *Pensar a Educação*.

Exposição: A Deputada Odete João (PS), que presidia à reunião, cumprimentou as representantes da Comissão, indicou-lhes a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os representantes da Comissão agradeceram a audiência e referiram que o objetivo da mesma era a apresentação das conclusões do projeto *Pensar a Educação*, desenvolvido no âmbito do Grupo Economia e Sociedade, como atividade cívica, de reflexão, na área da educação.

Indicaram que o projeto dinamizou 7 grupos de trabalho, com relatórios próprios, em várias áreas temáticas, a saber, a educação da infância, a educação básica e secundária, a educação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, o ensino superior e investigação, a educação da população adulta, a formação de professores e educadores, o sistema educativo: organização, administração e financiamento.

Posteriormente tinha sido realizado um seminário por cada grupo, com cerca de 40-50 pessoas, envolvendo no total das áreas cerca de 500 pessoas. Em maio de 2015 tinha sido realizada uma conferência global na Fundação Calouste Gulbenkian.

Indicaram que depois continuaram o trabalho e pretendiam a criação de uma sociedade educativa atenta às matérias, tendo manifestado preocupação com a divulgação do pensamento. Entregaram ainda alguns exemplares do livro que continha os trabalhos desenvolvidos e indicaram que os mesmos estavam disponíveis no endereço <http://educacao-sec21.blogspot.pt/>.

Referiram que a educação era um problema fundamental da sociedade portuguesa, tendo relação com a felicidade das pessoas, impacto a nível económico e um direito fundamental básico, defendendo a necessidade de incluir a educação na agenda política e propondo que a Assembleia da República tomasse a iniciativa de promover um debate alargado sobre a matéria.

Realçaram que a situação atual era de mau estar dos atores, que se encontravam desmotivados, stressados, nomeadamente, com os horários, salientando que se registavam

vários desvios à Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, concretizados por atos administrativos e defendendo a necessidade de revisão e atualização da mesma. Nessa linha, discordaram da Assembleia da República estar a equacionar leis pontuais, que podiam criar entropia e não mobilizar todos os atores.

Identificaram depois questões chave, a saber:

1. Corpo docente – desmotivação, com condições de trabalho desfavoráveis, devendo equacionar-se a situação dos professores e educadores e a formação, inicial e contínua;
2. Agrupamentos – fazer a avaliação dos Agrupamentos atuais, em função da sua dimensão, funcionamento e justiça ou não em relação à situação concreta. Repensar a gestão dos Agrupamentos, dado que se verificava muita hierarquização e o afastamento dos atores em relação à participação na gestão;
3. Organização dos percursos escolares – ciclos, percursos, transição entre ciclos, currículos e metas, evitando medidas avulsas, propondo a criação de uma missão, para desenvolvimento de um projeto de conjunto;
4. Grupos especiais – infância (com maior cobertura dos 0 aos 3 anos, mais definição dos conteúdos da educação pré-escolar e revisão da formação inicial e contínua dos educadores) e educação especial;
5. População adulta – apoio especial, dado tratar-se de uma população com baixa literacia.

Em termos de notas complementares de preocupação, equacionaram a realização de uma auditoria ao parque escolar, a questão das provas de inglês, das editoras (e do lobby exercido) e em relação ao ensino público e privado e financiamento, defendendo a transparência e a delimitação de funções entre os 2 setores.

Por último, propuseram que a Assembleia da República promovesse uma audição pública sobre educação.

Interveio de seguida a Deputada Sandra Pontedeira (PS), que saudou e agradeceu o trabalho e pediu indicação das principais dificuldades que registaram no mesmo e os agentes que ouviram. Referiu depois que muitas questões já faziam parte do diagnóstico feito pelo PS e estavam enquadradas no Programa do Governo e defendeu que deveria ser tudo pensado num todo e ponderado globalmente.

A Deputada Laura Magalhães (PSD) apresentou cumprimentos pelo projeto e agradeceu os contributos trazidos. Referiu depois que havia um grande enfoque na educação formal, tendo lançado o desafio de abordarem também a educação não formal. Por último, perguntou que parceiros tinham ouvido e informou que iam analisar as conclusões com mais pormenor no Grupo Parlamentar do PSD.

A Deputada Ana Virgínia (PCP) deu os parabéns pelo trabalho desenvolvido, enfatizou que o mesmo equacionava as questões fundamentais e realçou o enfoque nos professores. Referiu que o funcionamento e gestão das escolas não as tinha beneficiado, tendo realçado a dificuldade de tomar decisões e o distanciamento verificado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Equacionou a ligação entre ciclos, a inexistência de cobertura pública dos 0 aos 3 anos, a redução de apoios às crianças com necessidades educativas especiais, a educação de adultos, os inúmeros problemas deixados por resolver pela entidade Parque Escolar, a existência de muitas escolas degradadas e a questão do inglês. A terminar, defendeu o ensino privado sem financiamento público.

A Deputada Odete João (PS) congratulou-se pelo facto de a Lei de Bases do Sistema Educativo ter perdurado 30 anos, tendo referido que precisava de algumas alterações e tinha sido objeto de atropelo pelas metas curriculares. Em relação à educação pré-escolar, indicou que o PS defendia a globalização do ensino público.

Referiu ainda que a contratação com as editoras tinha feito subir o preço dos manuais escolares, pediu a conclusão ao nível do ensino profissional e vocacional e defendeu os princípios de estabilidade das políticas educativas (para além dos ciclos políticos) e de confiança, com transparência e rigor.

Por último, informou que a Comissão de Educação já tinha feito várias audições públicas sobre matérias específicas da área da educação e estavam previstas 2 conferências para 2016, 1 sobre o Estado da Ciência em Portugal e outra sobre Educação de Adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, as representantes da Comissão coordenadora do projeto informaram que tinham enviado convites a todos os agentes educativos para participação no seminário e na conferência realizados e os grupos de trabalho das várias temáticas tinham feito contactos mais locais.

Informaram depois que a educação não formal também tinha sido muito desenvolvida, nomeadamente, ao nível da educação de adultos e manifestaram concordância com os princípios de estabilidade e confiança, tendo defendido a educação para além dos ciclos políticos e suprapartidária, referindo que para além do presente, dizia também respeito ao passado e ao futuro.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 07 de janeiro de 2016

A assessora

Teresa Fernandes